

**AUDITORIA DE CONTRATOS**  
M O T T A R I B E I R O A D V O C A C I A

## SUMÁRIO

Contrato: Ativo Empresarial .....	1
Eles colocam a papelada em ordem .....	3
Executivos estão preocupados com gerenciamento de risco .....	4

## CONTRATO: ATIVO EMPRESARIAL

*Autor: Paulo Afonso da Motta Ribeiro*

O contrato é a forma jurídica capaz de gerar, circular e proteger a riqueza. O valor do contrato, sob o ponto de vista da organização empresarial, é riqueza esquecida.

A reflexão proposta reside na análise do valor do contrato como ativo da empresa.

Entende-se como ativo o conjunto de bens, direitos, valores e créditos que formam o patrimônio de uma empresa. A tradição contábil cuida do ativo tangível, ou seja, dos patrimônios mobilizado e imobilizado, receitas, créditos a receber, entre outros, ignorando o ativo intangível.

Porisso esta tradição implica na distância, cada vez maior, entre o valor contábil e o valor de mercado da empresa.

Não sem razão, Kaplan e Norton na obra "A estratégia em ação- balanced score-" - Editora Campus já alertavam por volta de 1996: " o ideal seria que o modelo de contabilidade financeira se ampliasse de modo a incorporar a avaliação dos ativos intangíveis e intelectuais de uma empresa"

A contabilidade e, por decorrência a empresa, não se ocupam dos capitais formadores do ativo intangível das corporações a saber: a) institucional( marcas, símbolos, imagem, reputação, inserção social), b) organizacional( governança corporativa, certificações), c) de relacionamentos( redes de relacionamento, acesso a crédito e aos mercados, fidelização de clientes e colaboradores, relacionamento com a mídia e d) intelectual( capital intelectual dos colaboradores, criatividade em soluções, geração de conhecimento, inteligência competitiva, número de patentes e propriedade intelectual, metodologias corporativas, inteligência jurídica e modelos contratuais) – Fonte: Metodologia ECVI na página [www.e-consulting.com.br](http://www.e-consulting.com.br)

Para ser considerado um ativo intangível é necessário que o bem avaliado esteja identificado através de um contrato. Ele, o contrato, portanto, assume papel fundamental na própria existência do ativo intangível.

Algumas iniciativas são apresentadas como ponto de partida para conferirem ao contrato a qualidade de ativo. Ocupamo-nos de algumas, abstraída desta reflexão a natureza científica e metodológica justamente em função do vazio doutrinário.

São exemplos os SLA (Acordos de Nível de Serviço- instrumento contratual acessório ) e o "Programa de Auditoria Informatizada da Aplicação de Recursos" do CJF- Conselho da Justiça Federal que trouxe a possibilidade de padronização e unificação de contratos de serviços terceirizados no CJF e nos TRFs- Tribunais Regionais Federais.

Recente artigo publicado na mídia dá conta que o BNDES está implementando metodologia para incluir bens intangíveis na análise de risco das empresas. Exemplifica , entre os bens intangíveis, modalidades contratuais.

Por outro lado, a discussão judicial de um contrato também serve como métrica na medida em que o ativo ( contrato) será avaliado pela autoridade judicial. A nulidade ou mesmo a revisão de cláusula contratual teria impacto sobre o valor deste ativo.

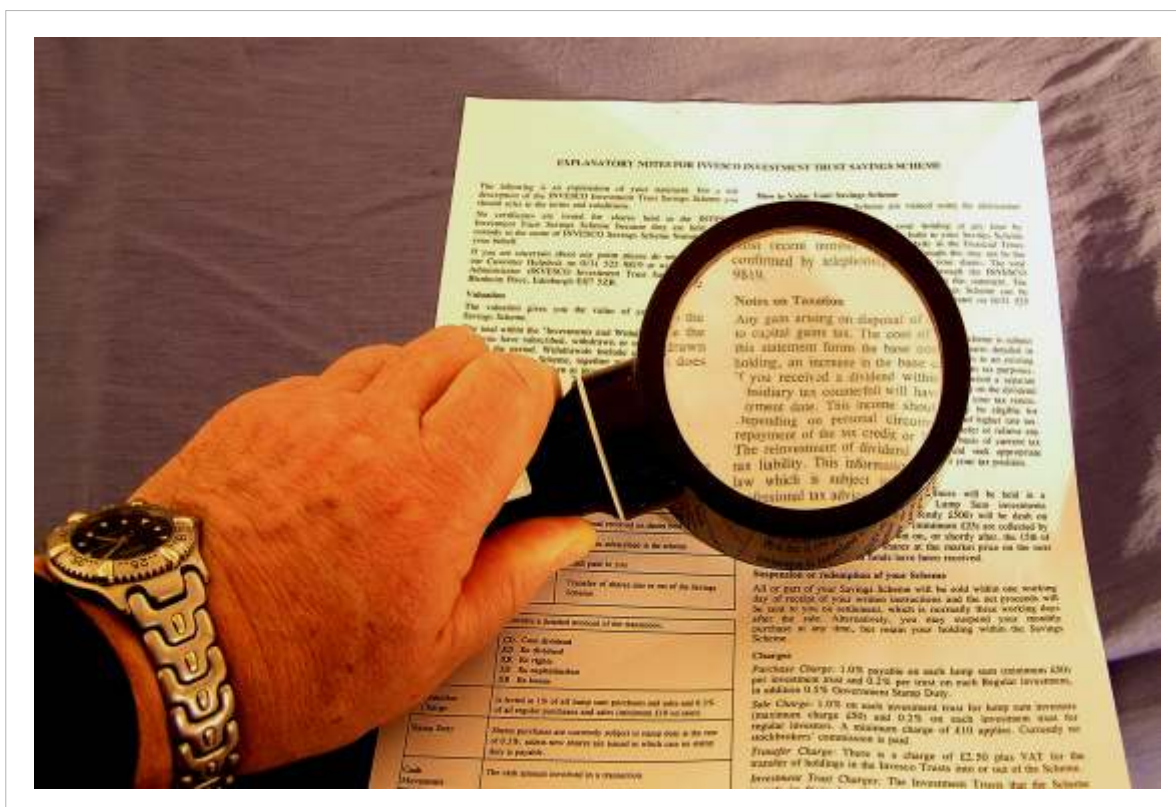
O contrato – uma vez inspirado sob os princípios da boa fé, do equilíbrio e da função social, – capacita-se como ativo, e que, somados à adoção e prática dos conceitos de segurança, estabilidade, proteção, sustentabilidade, credibilidade e transparência, conferem e agregam-lhe valor. Na mesma medida, porém oposta, os vícios de consentimento( erro, dolo, coação, simulação, fraude, abuso) seriam capazes de subtrair valor deste ativo.

O contrato de seguro (entre as várias modalidades existentes) é exemplo prático que confere sustentabilidade a este ativo.

A aproximação do direito da economia, através do movimento conhecido como “Análise Econômica do Direito”, poderá contribuir para a avaliação e mensuração do valor do contrato como ativo empresarial, notadamente a partir dos estudos que identificam o contrato como espécie de custo de arranjo ou acordo que “dizem respeito à negociação e formalização de instrumentos contratuais” (RIBEIRO, Márcia Carla Pereira e JUNIOR, Irineu Galeski na obra “ Teoria Geral dos Contratos- Contratos empresariais e análise econômica” Ed.Elsevier pg.106).

O contrato, neste cenário ainda pouco conhecido, porém instigante e desafiador para advogados, economistas e contadores, traz credenciais capazes de integrá-lo ao ativo da empresa.a responsabilidade subsidiária para solidária.

*Autor: Paulo Afonso da Motta Ribeiro, advogado sênior da Motta Ribeiro Advocacia, OAB/PR 1700, dedicada a área de auditoria jurídica de contratos ( www.auditoriadecontratos.com.br)*



## Eles colocam a papelada em ordem

Fonte: Revista Exame

Data: 26.02.09

Autor: Pedro Motta

Por: Carla Aranha

Em 1990, quando boa parte das empresas no Brasil ainda não tinha computador e pouca gente sabia o que "digitalizar documentos" poderia significar, os irmãos Mário Pinho Sobrinho e Alexandre Magno de Amaral Pinho abriram uma empresa de gestão de informação, a Arquivar. Para isso, eles venderam uma lanchonete em Belo Horizonte. Com o dinheiro, compraram duas máquinas de microfilmagem e deram partida no novo negócio. "No começo ninguém levava a gente a sério", diz Alexandre. Levou dois anos até aparecer o primeiro cliente, a Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1995, a Arquivar fechou um grande contrato com a Telemig (hoje Telemar). A partir de então, a empresa cresceu num ritmo de até 40% ao ano. Hoje, a Arquivar tem 80 funcionários e atende grandes empresas, como Vale, Cemig, Net e Caixa Econômica Federal, com a oferta de serviços como gestão e guarda de documentos eletrônicos. Para estar presente no Brasil todo, a Arquivar aderiu ao sistema de franquias. Atualmente, são 23 franqueados em 16 estados. Em 2009, a meta é ter mais 40 unidades. Com isso, acreditam Mário e Alexandre, a Arquivar deverá quase triplicar de tamanho, atingindo o faturamento de 7 milhões de reais. "Com ou sem crise, a demanda por esse tipo de trabalho é grande", diz Mário.



## Executivos estão preocupados com gerenciamento de risco

Fonte: Gazeta Mercantil/Caderno C

Data: 21/07/2008

Autor(a): Ana Cecilia Americano

Uma nova pesquisa da KPMG do Brasil revela que os executivos da alta cúpula das empresas no País estão tão preocupados com a questão do gerenciamento de risco quanto os seus pares europeus ou norte-americanos. No entanto, o grau de maturidade da adoção desta prática - também conhecida pela sigla ERM (do inglês Enterprise Risk Management) - ainda não é o mesmo nas organizações brasileiras. O estudo será apresentado nesta segunda-feira, no Fórum do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) que ocorre no Rio de Janeiro.

A prática de gerenciamento de riscos assume uma filosofia que mapeia riscos, os classifica, avalia o tamanho do seu impacto e a sua probabilidade para situações, assim como procura levantar "planos Bs" que minimizem ou superem suas complicações antes que eles se concretizem. Sua origem está nas instituições financeiras e hoje o ERM já se dissemina amplamente entre as corporações européias e norte-americanas. Segundo André Coutinho, sócio líder da área de gestão de risco da KPMG no Brasil, o estudo ouviu este ano 187 executivos do conselho administrativo de empresas, presidentes ou diretores e concluiu que boa parte das empresas deverá investir pesadamente na área nos próximos três anos.

"Uma das perguntas que fizemos diz respeito ao que o executivo achava que iria ocorrer com os investimentos na área", informa Coutinho. "E 82,39% deles têm a percepção que os investimentos na área seriam ampliados", conta. Para o consultor, há uma grande preocupação na cúpula das empresas para entender a metodologia e implementá-la.

O consultor afirma que há a compreensão de que a gestão do risco está migrando do nível mais operacional nas empresas para as mesas dos gestores, na condição de uma ferramenta de apoio à tomada de decisões estratégicas do negócio. "Essa mudança tem motivadores internos e externos às empresas", conta Coutinho. Segundo ele, administradores seniores e os conselhos de administração estão exigindo maior foco na questão dos riscos de uma empresa. "Eles podem ser de natureza financeira, operacional ou, até mesmo, de imagem", frisa o especialista. A pesquisa levantou que mais de um quinto dos entrevistados já percebe que o conselho de administração exige maior rigor com a questão; cerca de 15% apontam o empenho das organizações na busca por redução de custos como um dos fatores que as levam a se debruçar sobre o tema. No caso dos fatores externos, um quinto dos consultados acha que o acionista também está muito mais exigente com a questão dos riscos; outro tanto acredita que exista uma pressão crescente nesse sentido por parte das normas e regulações de mercado, a exemplo do que já ocorre com as companhias que seguem os preceitos da Sarbanes-Oxley.

"É interessante notar que, com uma maior sensibilidade ao tema nas corporações, dois profissionais assumem maior relevância", conta Coutinho. O estudo identificou que tanto a função de diretor financeiro, quanto a de auditor interno ganharam novas dimensões. "O papel desses profissionais está se deslocando das áreas mais operacionais para as áreas estratégicas. Ou seja, estão mais próximos de trabalhos de planejamento e de caráter estratégico", diagnostica o consultor. "Os auditores, por exemplo, estão gerenciando e antecipando a probabilidade de riscos. Mais: estão verificando se as áreas de uma empresa têm controles adequados para mitigá-los", explica.

A gestão de riscos levanta a questão do auditor interno, uma figura-chave no processo de gerenciamento de riscos. O estudo questionou se ele deveria ser interno ou terceirizado. "No caso do comércio e da indústria, os executivos estão mais propensos à contratação de soluções terceirizadas; já, no caso de bancos, as resistências são maiores, devido às questões de confidencialidade", informa Coutinho.

Os principais obstáculos à implementação das auditorias internas e controles delas decorrentes são, acredita Coutinho, de ordem cultural: 39,62% dos entrevistados identificam a falta de conscientização como o maior problema. "Setores específicos acreditam que controles internos engessam as empresas e tolhem a criatividade, principalmente nas áreas de marketing e publicidade", conta. Para o consultor, no entanto, esse desafio é facilmente superado, pois as empresas, quando alcançam uma visão mais apurada de seus riscos com seus controles internos garantem uma margem maior de sucesso no longo prazo. "Quanto melhor o freio de um carro, mais rápido você pode avançar", compara Coutinho. Segundo ele, quem sabe o que, quando e quanto pode dar errado numa operação, tem condições de se antecipar a fatores externos.